

1 **ATA Nº 002/2025** - Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às
2 nove horas, reuniram-se os(as) senhores(as) Prefeitos(as) Municipais, ou seus
3 representantes legais, para Assembleia Geral Extraordinária, conforme previsto no Edital
4 de Convocação nº 012/2025, do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste
5 (CONSUD). Não sendo possível iniciar a reunião no horário previsto devido à falta de
6 quórum, a mesma teve início às nove horas e trinta minutos. Inicialmente, o Presidente do
7 CONSUD, Sr. Jean Pierr Catto, Prefeito do município de Santa Izabel do Oeste,
8 cumprimentou os presentes e, em seguida, passou a palavra à Secretária Executiva, Sra.
9 Ivone Faust Sponchiado. Esta informou que a assembleia seria gravada e procedeu à
10 leitura do referido edital, com a seguinte ordem do dia: 1) Discussão e aprovação do
11 repasse aos Hospitais; 2) Discussão e aprovação acerca dos valores pactuados pela
12 Comissão de Saúde da AMSOP; 3) Discussão e votação da alteração do Placic para o
13 exercício de 2025; 4) Deliberação sobre a Quarta Alteração do Contrato de Consórcio
14 Público; 5) Discussão e Aprovação da Primeira Alteração do Regimento Interno; 6)
15 Discussão e Aprovação do Projeto de Resolução nº 001/2025. No primeiro ponto da pauta,
16 a palavra foi concedida à Secretária Municipal de Saúde de Francisco Beltrão, Sra. Cintia
17 Jaqueline Ramos, que apresentou o funcionamento do Hospital Geral Intermunicipal
18 (HGI), e a proposta de repasse de recursos pelos municípios, com base nos valores
19 aprovados no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), acrescidos dos reajustes per capita,
20 considerando tanto o aumento do número de habitantes quanto a variação do Índice
21 Nacional de Preços (IPCA), compreendida entre setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois)
22 e março de 2023 (dois mil e vinte e três). Informou que, com a instalação do HGI, algumas
23 especialidades atualmente atendidas pelo Hospital São Francisco seriam transferidas
24 para o Hospital Intermunicipal. Esclareceu que, em caso de aprovação, o repasse será
25 formalizado por meio de dois convênios, cuja operacionalização ocorrerá por meio do
26 CONSUD. Dessa forma, deixariam de haver múltiplos contratos, promovendo maior
27 eficiência na gestão, medida que havia sido analisada e considerada viável junto à equipe
28 técnica do Consórcio, que avaliou a minuta de convênio apresentada pelo município de
29 Francisco Beltrão. Ressaltou ainda, que o município de Francisco Beltrão não consta nos
30 referidos convênios, pois, após análise com a Assessoria Jurídica, identificou-se que o
31 mesmo possui gestão plena e já realiza o repasse necessário por meio de contrato direto
32 com os hospitais. Em seguida, abriu para dúvidas, e informou que as áreas técnicas
33 estavam presentes para esclarecimentos. A Secretária de Saúde de Santa Izabel do
34 Oeste, Sra. Simone Dreher Pilz Spohr, questionou os valores apresentados, destacou
35 que, na planilha enviada anteriormente junto ao ofício de solicitação da Assembleia,
36 constavam valores diferentes. Em resposta, a auditora Elaine Daiane Antes Anghinoni, do
37 município de Francisco Beltrão, esclareceu que os valores haviam sido reajustados com
38 base no valor per capita atualizado e na aplicação do índice de defasagem sobre os
39 valores anteriormente aprovados, chegando a um valor mediano. O enfermeiro auditor
40 Maicon Trevisol também contribuiu com os esclarecimentos. Dando sequência, o Prefeito
41 Ricardo Ortinã manifestou-se, e informou que o município de Santo Antônio do Sudoeste
42 não realizará o repasse dos valores propostos. Em seguida, o Prefeito Luiz Carlos Turatto,

43 do município de Dois Vizinhos, também se posicionou nesse sentido, justificou sua
44 posição, questionou se não se trataria de duplicidade de pagamento, e ainda ressaltou
45 que apenas os municípios que utilizam os serviços e os hospitais como “porta aberta”
46 deveriam realizar o respectivo pagamento. A médica auditora da Secretaria de Saúde de
47 Francisco Beltrão, Amanda K. Saggiorato, esclareceu que não há duplicidade de
48 pagamento, uma vez que os repasses se destinariam a finalidades distintas, pois uma
49 coisa seria o incentivo para manutenção do pronto atendimento, e outra seria a produção
50 hospitalar. Abordou também a organização da rede hospitalar e da grade de referência,
51 destacando que dois hospitais estariam em operação cada um com suas especialidades,
52 e que a entrada é regulada pela Central de Leitos, Serviço de Atendimento Móvel de
53 Urgência (SAMU) e o Corpo de Bombeiros. Pontuou que a tabela do Sistema de
54 Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP)
55 não é reajustada há muito tempo, por isso não cobre os custos de atendimento dos
56 pacientes. Com a palavra, o Prefeito Ricardo comentou que os custeios dos atendimentos
57 deveriam ser de responsabilidade do Estado, Dra. Amanda explicou que o hospital não é
58 estadual, e que, nesse caso, será necessário rever a grade de referência, propondo uma
59 repactuação entre os municípios que não tiverem interesse. A Secretária Cintia também
60 contribuiu, citando como exemplo o atendimento da neurologia, o qual é de alta
61 complexidade e que o repasse é insuficiente. Ressaltou ainda, que todas as decisões dos
62 municípios seriam respeitadas e informou que levaria à 8ª Regional de Saúde e ao
63 Conselho Regional de Secretários Municipais de Saúde (CRESEMS) a proposta de
64 repactuação da grade. A Secretária Simone, reforçou que o HGI foi idealizado para
65 atender todos os municípios, mas que os valores repassados pelo SUS não conseguem
66 cobrir os custos dos atendimentos aos pacientes. Afirmou que, caso não houvesse
67 entendimento quanto ao pagamento por parte dos municípios, esse custo recairia sobre o
68 município de Francisco Beltrão. O Vice-prefeito de Bom Jesus do Sul, Orasil Cezar Bueno
69 da Silva, pediu a palavra para contribuir com a explicação do significado de “porta aberta”
70 e “regulada”, salientou que municípios que não optarem por HGI e HSF deveriam regular
71 seus atendimentos para outros hospitais. Enfatizou ainda a importância da articulação
72 entre as entidades regionais — A Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
73 (AMSOP), Conselho Regional de Secretarias Municipais de Saúde (CRESEMS) e
74 Associação Médica do Paraná (AMP) — para reivindicar junto ao Governo do Estado o
75 repasse da diferença entre o valor atualmente recebido e o custo real dos atendimentos
76 prestados aos pacientes, lembrou ainda que a pactuação atual havia sido realizada
77 entre os municípios juntamente com o Ministério Público. O Prefeito de Francisco Beltrão,
78 Antonio Pedron, explicou que seria necessário realizar o reajuste e encontrar uma
79 alternativa para a viabilidade do hospital, deixou os números apresentados à disposição
80 para verificação, caso alguém julgasse necessário. O Presidente do CONSUD, prefeito
81 Jean, explicou que não poderia obrigar os municípios a efetuarem o repasse, e destacou
82 que o CONSUD não tem como arcar com os custos dos municípios que não concordaram
83 com o valor. A Sra. Ivone explicou que será inserido no convênio o que foi acordado em
84 assembleia, e que o Consórcio ficará isento da responsabilidade pelo pagamento dos

85 municípios não participantes ou inadimplentes. O Presidente reiterou ainda que não
86 haverá bloqueio de acesso aos serviços contratados pelo CONSUD em caso de
87 inadimplência, mas ressaltou que a negociação com os municípios devedores cabe a
88 Francisco Beltrão, pois o Consórcio não pode assumir essa responsabilidade e que seria
89 necessário preservar o mesmo. A Secretária de Saúde de Pranchita, Grasiela Cristina
90 Nodari, questionou que, caso os municípios mantivessem a posição de não repassar os
91 valores ao hospital, se o montante total seria rateado entre os demais municípios. O
92 prefeito de Capanema, Sr. Neivor Kessler, solicitou informações sobre os valores
93 atualizados, sendo esclarecido que seria utilizada nova tabela com metodologia revisada.
94 Maicon solicitou manifestação da Diretora da 8ª Regional de Saúde sobre a pactuação.
95 Nádia Zanella esclareceu que o conceito de “porta aberta” se refere às unidades de
96 retaguarda que recebem pacientes sem necessidade de encaminhamento prévio.
97 Explicou também a estrutura da grade de referência e os atendimentos realizados por
98 meio do SAMU e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Destacou que a questão do
99 financiamento dos atendimentos deveria ser levada à esfera federal, considerando as
100 defasagens apontadas pelos participantes da assembleia em relação aos atendimentos.
101 Informou que o Governo tem realizado complementações financeiras para garantir o
102 funcionamento da rede assistencial. Reforçou ainda, que o SAMU permaneceria
103 responsável pela regulação dos atendimentos, e ressaltou a necessidade de se discutir a
104 resolutividade da atenção em clínica médica na região, uma vez que esse tipo de
105 atendimento não demanda alta complexidade. Elaine informou que a regulação do SAMU
106 segue as pactuações existentes. A Sra. Cintia comunicou que Francisco Beltrão analisaria
107 a possível retirada da Autorização de Internações Hospitalares (AIH) dos municípios que
108 não optarem pelo repasse dos valores. A Sra. Grasiela destacou que a saúde não se paga,
109 e que a saída dos dois municípios impactará na manutenção dos hospitais, sendo
110 necessária a repactuação para evitar que alguns municípios arquem com os custos de
111 todos. O presidente do CONSUD, prefeito Jean, solicitou esclarecimentos sobre como foi
112 firmado o contrato de gestão entre o município de Francisco Beltrão e o Instituto Santé,
113 responsável pela administração do Hospital Geral Intermunicipal (HGI), bem como sobre
114 a forma como estão sendo realizados os repasses financeiros para o referido Instituto. A
115 Dra. Amanda explicou que o pagamento ocorre por etapas, conforme a execução. Dra.
116 Camila Slongo Pegoraro, procuradora jurídica, esclareceu que o HGI é um hospital público
117 sob contrato de gestão, sem receitas privadas, e que o valor solicitado visa complementar
118 os custos operacionais, em seguida, questionou como seria feita a aprovação da pauta.
119 Ivone, informou que os contratos seriam firmados apenas com os municípios que
120 aderiram, excluindo os que se manifestaram contrariamente, isentando o Consórcio de
121 responsabilidade pelos repasses dos inadimplentes a Francisco Beltrão. Ressaltou que
122 somente as decisões registradas em ata comporão a minuta do convênio, que será
123 formalizada pelas equipes técnicas. O Presidente do CONSUD, prefeito Jean, reforçou
124 que será um acordo entre os municípios e que nada impede que o acordo seja feito e,
125 futuramente, reavaliado. O Prefeito de Flor da Serra do Sul, Valmor Felipe Júnior,
126 questionou o valor do seu município, considerando que a porta aberta do município é em

127 outro local. A situação foi devidamente esclarecida ao mesmo. A Secretária de Saúde do
128 município do Salto do Lontra, Elaine Gonçalves, perguntou sobre as cirurgias eletivas
129 realizadas no Hospital São Francisco. Dra. Amanda respondeu que algumas
130 permaneceriam no mesmo hospital e outras seriam transferidas ao HGI, conforme
131 pactuado. O Presidente do CONSUD, prefeito Jean, de Santa Izabel do Oeste, manifestou
132 concordância com a participação do município, mas solicitou ajustes no valor proposto,
133 apontando uma lacuna nos cálculos. Explicou que o uso do serviço de obstetrícia ocorre
134 apenas na ausência do obstetra local. Após esclarecimentos da secretária Cíntia, ficou
135 definido o valor de R\$ 2,20 per capita para Santa Izabel do Oeste. Ivone reforçou que o
136 recálculo se deu devido à especificidade do atendimento no município. Em sequência, o
137 Presidente do CONSUD, prefeito Jean, com a palavra, definiu para registro em ata que a
138 aprovação seria feita por município, e que o Consórcio não seria solidário às possíveis
139 inadimplências dos municípios que optarem pelo repasse por meio do CONSUD. Afirmou
140 que a inadimplência dos municípios, no caso específico do convênio entre o CONSUD e
141 a Prefeitura de Francisco Beltrão, não implicará no bloqueio da senha de acesso aos
142 serviços contratados pelo CONSUD. Cíntia afirmou que Francisco Beltrão revisaria a
143 grade de urgência e emergência. Dando sequência, a Controladora Interna do Consórcio,
144 Sra. Alexandra Santini Zanini, informou sobre o Projeto de Resolução 001/2025 que foi
145 elaborado pelo assessor jurídico Everton Renato Guimarães, o qual Regulamentaria as
146 formas de cobrança, pagamento e consequências do inadimplemento das contribuições
147 pactuadas em contratos de rateio, contratos de programa e demais valores cobrados por
148 meio de boletos bancários emitidos pelo Consórcio, destacou que permanecerá a
149 cobrança de juros em caso de atraso nos repasses, mas sem o corte de senha de acesso
150 para o repasse dos hospitais, informação que seria incluída na nova Resolução. Ficou
151 definido também, que em caso de atraso nos valores do Consórcio haverá o bloqueio do
152 acesso ao sistema de agendamento, inclusive o bloqueio da agenda interna e QualiCis e
153 que à negociação do atendimento em caso de inadimplência nos repasses aos hospitais,
154 ficará a cargo da gestão de Francisco Beltrão. O Presidente do CONSUD, prefeito Jean
155 submeteu à votação a primeira pauta, registrando que os municípios de Santo Antônio e
156 Dois Vizinhos manifestaram que não iriam participar. Os demais presentes aprovaram. Na
157 sequência, foi colocado em votação o Projeto de Resolução nº 001/2025, sexto item da
158 pauta, o qual foi aprovado por unanimidade, com a inclusão — conforme explicou
159 Alexandra — de que não haverá corte dos serviços do CONSUD em caso de
160 inadimplência nos repasses aos hospitais. Em continuidade, foi submetido à deliberação
161 do Projeto de Resolução 002/2025 que aprovou a unidade orçamentária e o valor após o
162 reajuste da tabela — excluídos os municípios que não participaram e com o valor
163 reajustado para Santa Izabel do Oeste — foi aprovado por todos os demais presentes.
164 Amarildo Alves Carneiro, prefeito do município de Manfrinópolis, questionou quando será
165 feito o repasse, considerando os contratos vigentes, e solicitou definição de data-base
166 para início do repasse direto pelo Consórcio. Ivone explicou que o tema seria debatido
167 pela equipe técnica do CONSUD, assim como ficou definido que a data será estipulada a
168 partir da formalização do convênio. Passando ao próximo ponto de pauta, Alexandra tratou

169 da quarta alteração do contrato do Consórcio Público, solicitou a alteração de um cargo e
170 o acréscimo de dois novos cargos. A Secretária Ivone, explicou que a criação dos novos
171 cargos se justifica pela necessidade de adequação à realidade atual do Consórcio.
172 Destacou a ampliação da Central de Abastecimento, que hoje realiza compras
173 compartilhadas com os municípios consorciados, e que, recentemente, teve aprovado o
174 acréscimo do convênio com o Consórcio Paraná Saúde. Em razão do expressivo
175 crescimento nas aquisições de insumos e medicamentos, justifica-se a criação do cargo
176 de chefe da Central de Abastecimento. Quanto à área de auditoria, Ivone explicou que,
177 inicialmente, o setor realizava auditorias apenas em parte das cirurgias, e hoje audita
178 100% (cem por cento) dos procedimentos realizados. Com isso, propõe-se a criação do
179 cargo de chefe de Auditoria, que também integrará a comissão de avaliação do Contrato
180 entre a Prefeitura de Francisco Beltrão e o Instituto Santé, além de exercer a função de
181 fiscal de contrato desse convênio. Para regulamentar essas mudanças, será realizada a
182 divisão do atual setor de Auditoria e Regulação, mantendo-se o cargo de encarregado de
183 Regulação e criando-se os cargos de chefe de Auditoria e chefe da Central de
184 Abastecimento. Colocada em votação, a pauta foi aprovada por todos, assim como a
185 alteração do Regimento Interno que tratou da inclusão e alteração dos cargos criados e
186 alterados no item anterior. Por fim, O presidente do CONSUD, prefeito de Santa Izabel do
187 Oeste, Jean Pierr Catto, finalizou lembrando a todos os prefeitos sobre o Kick Off a ser
188 realizado no dia 22 (vinte e dois) de maio no município de Santa Izabel do Oeste, referente
189 ao projeto de Parceria Público-Privada (PPP) dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).
190 Convidou todos os prefeitos e seus representantes para participarem do evento de
191 lançamento (Kick Off), destacando a importância do tema ambiental e do adequado
192 manejo dos resíduos sólidos. Ressaltou que o projeto será desenvolvido pelo CONSUD,
193 em parceria com a Caixa Econômica Federal, para atender aos municípios que aderiram
194 ao programa. Encerrou e reforçou a importância da participação de todos para o êxito da
195 iniciativa. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e
196 declarou encerrada a Assembleia.

JEAN PIERR CATTO

Presidente

VALMOR FELIPE JUNIOR

Vice Presidente

GIVANILDO TRUMI

Primeiro Secretário

FERNANDO CADORE

Segundo Secretário